

## Atraso compromete votação de medidas de ajuste

Por Edna Simão e Fábio Pupo |  
De Brasília

Diante do calendário apertado e da resistência às propostas de ajuste fiscal, parlamentares da base do governo estimam que a tendência é deixar para 2018 a votação, por exemplo, da medida provisória (MP) que aumenta alíquotas previdenciárias de servidores públicos e adia reajustes para diferentes categorias. A equipe econômica trabalha com o cenário de aprovação até o fim deste ano.

O entendimento é que não há tempo hábil para aprovar todas as matérias de interesse do Executivo, principalmente, neste cenário de incerteza em que o governo tenta emplacar a votação da reforma da Previdência neste ano, mesmo sem ter votos suficientes para isso e pressões para que o assunto fique para o próximo ano.

Diante deste quadro, será preciso definir as prioridades de votação deste ano com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). "Será preciso definir prioridades", disse um parlamentar ao Valor PRO, serviço de informação em tempo real do Valor.

Segundo ele, além da tentativa de votar a reforma da Previdência até a semana do dia 17 de dezembro e a peça orçamentária aprovação do Orçamento de 2018, as prioridades, no momento, são a aprovação do projeto que prevê parcelamentos de dívidas de produtores com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e da MP que altera a tributação dos chamados fundos exclusivos de investimentos.

No caso do Funrural, a matéria, cuja medida provisória caducou e agora está sendo tratada por projeto de lei em regime de urgência, já haveria um acordo entre os parlamentares para a votação. Já a tributação dos fundos exclusivos precisa ser aprovada neste ano para garantir uma receita de R\$ 6 bilhões em 2018 ao Tesouro Nacional - recurso fundamental para ajudar no cumprimento da meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões.

A MP da tributação dos fundos exclusivos precisa ser aprovada ainda em 2017 por causa da regra constitucional que exige a criação ou aumento do Imposto de Renda no exercício anterior ao da cobrança. Como o Congresso entra em recesso em 23 de dezembro, o governo só tem três semanas para aprovar o texto se quiser ficar com os R\$ 6

bilhões previstos com a medida em 2018.

Dentre as iniciativas que aguardam a aprovação, a avaliação é de que, tendo que escolher, o prejuízo menor é deixar para 2018 a apreciação da MP 805, que trata do reajuste e das alíquotas de servidores. Editada em 30 de outubro, ela tem vigência até 30 de dezembro, podendo ser prorrogada por mais 60 dias.

Caso seja aprovada neste prazo, o texto joga para 2019 os aumentos de salários de diferentes categorias (hoje garantidas por lei para entrarem em vigor em 1º de janeiro de 2018). Já a alíquota previdenciária só poderá ser elevada após três meses da aprovação do texto por causa da regra da noventena (aplicada à elevação de tributos).

A MP 805 teria um impacto fiscal de R\$ 6,6 bilhões, sendo R\$ 4,4 bilhões em redução de despesas pelo adiamento dos reajustes e R\$ 2,2 bilhões com aumento de receitas pela ampliação da alíquota de servidores. Essas estimativas, no entanto, consideravam a aprovação da medida até o fim do ano. Com a demora, deve haver uma frustração de receitas.





Recentemente, o Tesouro Nacional fez um alerta para o risco de a máquina pública ser paralisada sem as medidas de ajuste fiscal. Nesse caso, o governo pode ter que reduzir em até R\$ 21,4 bilhões o espaço para despesas discricionárias em 2018. O número é resultado da soma entre R\$ 14 bilhões de medidas totais de elevação de receitas e R\$ 7,4 bilhões na parte de redução de gastos. Se não houver aprovação das iniciativas que elevam a receita, seria necessário inclusive um contingenciamento das discricionárias abaixo do limite do teto de gastos para cumprir a meta de resultado primário.

"Se não tivesse nenhuma medida, teríamos uma restrição muito forte. Estamos mostrando a importância delas para ter uma execução mínima de investimentos e programas sociais, e ter um funcionamento regular da administração pública", disse a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi.

## ‘Gestores’ são os que mais demitem no alto escalão

*Prefeitos de Porto Alegre e Curitiba já afastaram nove secretários*

Silvia Amorim

-São Paulo- Eles nem completaram um ano de governo e já acumulam uma ficha corrida de demissões no alto escalão de suas gestões. Os prefeitos eleitos com a promessa de adotar, no setor público, o padrão de eficiência da iniciativa privada estão entre os que mais registraram trocas de secretários e dirigentes em 2017. Nelson Marchezan Júnior, em Porto Alegre; Hildon Chaves, em Porto Velho; e Rafael Greca, em Curitiba, são os recordistas de baixas. Foram nove exonerações no primeiro escalão desde janeiro em cada uma das prefeituras. João Doria, de São Paulo e ícone da geração de "prefeitos-gestores" teve cinco defecções no primeiro escalão.

Falta de recursos, não adaptação à máquina administrativa, pressão política e denúncia de irregularidades foram alguns dos motivos para as exonerações. Levantamento feito pelo GLOBO constatou que as demissões não ficaram restritas aos quatro governos. Um secretário ou gestor de "alta patente" deixou o cargo por semana, em média, em prefeituras de capitais este ano. Foram 56 exonerações em 12 gestões. Essa conta deve aumentar, já que está por vir a temporada de

afastamentos por causa das eleições. A lei exige a desincompatibilização até abril.

### QUADRO FINANCEIRO PESA

A questão financeira é apontada como fator de peso para tantos afastamentos. — Administrar com recursos em abundância já é difícil. Quero ver ser gestor num cenário de déficit fiscal. É muito mais exaustivo, requer um esforço conjunto, e algumas pessoas não aguentam — disse o secretário de Governo de Curitiba, Luiz Fernando Jamur, cuja gestão já trocou os titulares de Saúde, Segurança, Planejamento e Assistência Social, entre outros.

A pressão política também ocupa papel de destaque no troca-troca. A praxe nesses casos é sair em silêncio. Mas, em Porto Alegre, o ex-presidente da Fundação de Assistência Social Solimar Amaro pediu demissão em outubro denunciando corrupção e ameaças após rever contratos suspeitos. "Encontrei uma casa desalinhada. A expectativa era de uma evolução e melhora, mas o sistema é difícil e patológico. Saio pelo bem da minha família e pela minha saúde" disse, na carta de demissão.

Em nota, o prefeito de Porto Alegre afirmou que parte das demissões se deu por conflitos com "corporações"! "Estamos

enfrentando interesses de algumas corporações em benefício do interesse público. O trabalho tem uma carga grande de exposição e desgaste, e considero natural que alguns gestores tenham escolhido sair por motivos pessoais"? justificou.

Entre as baixas, estão titulares da Assistência Social, Limpeza Urbana e Transporte Público. Em Aracaju, que enfrenta uma forte crise na Saúde, o ex-secretário André Sotero deixou o cargo, após seis meses na função, alegando ter sido vencido pela ingerência política. Era a primeira experiência dele no primeiro escalão. — Há quem sempre trabalhou contra mim, mas que detém o poder e o prestígio — desabafou em junho.

A contratação de gestores do setor privado foi bandeira de prefeitos para arejar a administração. Não faltam, entre os exonerados, novatos que jogaram a toalha. Em Porto Velho, o pecuarista Aldo Castanheira ficou só três meses na Agricultura. Ele nunca havia ocupado um cargo público e foi substituído por um veterano indicado de um deputado. Até hoje, Castanheira não falou sobre a saída. Em Porto Alegre, o responsável pela limpeza urbana Álvaro de Azevedo, contratado por meio de um banco de talentos criado pela prefeitura para atrair pessoas do setor privado, pediu para sair depois de denunciar que móveis doados ao departamento foram desviados por servidores.





Às vezes, o troca-troca é resultado de uma falha na seleção. Em Curitiba, o extitular da Cultura Maurício Appel não durou um mês. Ele havia sido condenado pelo Tribunal de Contas da União em 2014 a devolver dinheiro de um projeto de captação de recursos pela lei de incentivo à cultura. Além disso, ele é processado pela pasta que assumiu por outro caso relacionado a prestação de contas quando era produtor cultural. O governo disse que desconhecia os fatos.

Em Florianópolis, o então número 2 da Secretaria de Transporte Lucas de Souza Braga Pedroso foi demitido depois que veio a público que ele responde a um inquérito por tentativa de estupro de menor desde 2016 e outro de agressão à ex-mulher de 2015. A prefeitura informou que é regra a consulta sobre antecedentes antes de nomeações, e que nada constou porque não existe processo, mas inquérito.

Suspeitas de corrupção ou irregularidades são minoria entre as demissões. Em Curitiba, o ex-secretário de Meio Ambiente Sergio Tocchio deixou o cargo em agosto após ter sido denunciado pelo Ministério Público por receber dinheiro de uma construtora. Ele nega. Em Florianópolis, o empresário e então secretário-executivo de Desenvolvimento Econômico Doreni Caramori saiu em função de conflito de interesse. Ele exercia o cargo público, mas mantinha-se à frente de negócios na iniciativa privada.

Mesmo com menos baixas, os atos de Doria ganharam repercussão. A maioria dos pedidos de demissão deveu-se a discordâncias com o jeito de governar. Na semana passada, ele bateu boca com um prefeito regional após exonerá-lo. — Não reclamem, trabalhem — disse.

## Previdência: Temer busca apoio da base

*Para convencer 320 deputados governistas, poderão ser negociados cargos de 2º escalão ocupados pelo PSDB*

Leticia Fernandes, Geralda Doca e Renata Mariz

-Brasília- Sem ter em mãos o mínimo de 308 votos necessários para aprovar a reforma da Previdência na Câmara ainda este ano, o presidente Michel Temer decidiu intensificar as negociações para conseguir o apoio dos 320 parlamentares que formam a sua base aliada na Câmara. Temer fez um apelo aos líderes e presidentes dos partidos governistas, ontem, em dois eventos: um almoço no Palácio da Alvorada e um jantar na residência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Ficou acertado que as legendas farão um trabalho de convencimento em suas bancadas durante a semana e que voltem a se reunir, entre quarta e quinta-feira, para marcar a data do primeiro turno da votação na Câmara. A expectativa do governo é que a matéria possa ser votada no dia 13 de dezembro (quarta-feira da semana que vem). O segundo turno de votação seria no dia 20. No esforço pra aprovar a Previdência, também serão negociados com aliados os cargos de segundo escalão ocupados hoje pelo PSDB.

Adotando um discurso otimista

em relação à possibilidade de se votar a reforma da Previdência ainda este ano, o presidente da Câmara disse que o governo organizou a base e, agora, tem a expectativa de conseguir boa parte dos votos de partidos aliados.— A gente sai da reunião com a expectativa muito grande de conseguir reunir votos desses partidos, que somam mais de 320 votos. Conseguimos organizar a base para construir a votação ao longo dessa semana — afirmou Rodrigo Maia, anfitrião do jantar do qual Temer participou.

— Há um compromisso de todos os partidos em trabalhar suas bancadas, alguns fechando questão, mas com a certeza de que todos vão trabalhar até quarta, quinta-feira para ter uma análise melhor de quantos votos a gente tem — disse Maia.

O presidente da Câmara disse que agora há uma "consciência" dos dirigentes de partidos da base aliada da "importância e urgência" de se votar a reforma da Previdência. Maia evitou falar em número de votos, mas disse que decidirá, após nova reunião da base, se vai pautar a votação.— Não estou tratando de voto, estou tratando de expectativa. Espero que a gente tenha condições de votar a reforma esse ano — disse, acrescentando que a decisão sobre marcar uma data acontecerá no meio da semana.

O jantar na casa de Maia teve a presença de dez ministros, entre os

quais Henrique Meirelles (Fazenda), Dyogo Oliveira (Planejamento), Eliseu Pa-dilha (Casa Civil) e o tucano Antonio Imbassay. Também estiveram no evento seis presidentes de partidos (PP, DEM, PRB, PSC, PTB e PSDB), além do secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, e 14 parlamentares da base.

Segundo um interlocutor que participou do almoço e do jantar, um dado positivo é que o argumento que o governo vem usando de que é preciso acabar com os privilégios nas aposentadorias dos servidores públicos está dando certo. Essa impressão já começa a ser assimilada pela sociedade, disse essa fonte.— O clima é de muita confiança em relação à Previdência. O governo está fazendo um esforço grande para aprovar (a reforma), e a avaliação é que a mudança na comunicação está trazendo resultados positivos, porque a rejeição está caindo — disse um dos participantes do almoço.

Um grupo de manifestantes contrários à reforma da Previdência se reuniu na entrada da Península dos Ministros, em Brasília, onde fica a residência oficial do presidente da Câmara, na qual era realizado o jantar. Os manifestantes entoavam gritos de "Fora, Temer" e seguravam cartazes com recados aos deputados que vão concorrer à reeleição em 2018, dizendo que, "se votar a reforma da Previdência não volta"





## PROPAGANDA LIBERADA

No início da noite, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região derrubou liminar da Justiça do Distrito Federal, que proibia o governo de ir adiante com a propaganda pela reforma da Previdência, que agora está liberada. Os autores do pedido foram entidades que representam servidores públicos.

Durante o almoço, Temer também discutiu com seus convidados o processo eleitoral de 2018. Segundo um interlocutor, foi feita uma avaliação política e a constatação de que os partidos aliados, especialmente os do centrão, devem continuar unidos, para que o presidente consiga consolidar a recuperação da economia e a estabilidade fiscal. Segundo fontes, não se falou no PSDB.— É importante que essas forças continuem juntas. Isso é bom para aumentar o número de deputados no Congresso, fortalecer a base do governo no Parlamento e, mais do que isso, ganhar as eleições — disse Moreira Franco, ministro da Secretaria Geral da Previdência.

## Pagamento dos não concursados gera polêmica

Reitoria da UFRJ não vê ilegalidade no uso de verba do SUS para remuneração de pessoal

O ex-diretor Eduardo Côrtes alega que é responsabilidade da UFRJ pagar os funcionários não concursados com recursos do MEC, e que as verbas do SUS seriam destinadas exclusivamente ao custeio do hospital, e não para pagamento de pessoal. Tanto a Defensoria Pública da União quanto o Ministério Público de Contas, que elaborou parecer sobre a questão, acompanham a interpretação. Já a reitoria, por meio da sua procuradoria, discorda: "Os recursos recebidos do SUS pela universidade, uma vez internalizados, deixam de ser recursos da saúde e passam a ser tratados como receita própria da universidade" afirma nota no site da UFRJ.

O fato é que, desde 2014, parte dos cerca de R\$ 3,8 milhões, em média, repassados por mês pelo SUS vem sendo usada para o pagamento dos chamados extraquadros (que abrangem desde profissionais do administrativo a médicos e enfermeiros e consomem cerca de R\$ 1 milhão). A novela tem se repetido a partir de todo segundo semestre. O ex-diretor diz que o hospital deixou de receber de 2014 até agora R\$ 13 milhões do SUS, dinheiro que daria para manter a

unidade por três meses — o custo da unidade é de cerca de R\$ 4 milhões mensais.

No seu parecer, o Ministério Público de Contas aponta que o hospital vem recebendo cada vez menos recursos. Em 2016, foram R\$ 82,8 milhões, montante inferior ao de 2013, de R\$ 85,8 milhões. Por outro lado, destaca o MP, no período de de 2014 a 2016 o número de leitos passou de 230 para 262, aumentando em 14% o custo do hospital.

Enquanto o MEC afirma, em nota, que os recursos do hospital são de gestão da UFRJ, o atual diretor-geral, Leoncio Feitosa, nomeado pelo reitor há um mês, relaciona o problema da unidade à insuficiência de recursos repassados pelo governo federal. Sobre as longas filas para cirurgias, ele atribui à crise na saúde do estado e do município. Leoncio diz que entre as prioridades da sua gestão estão a abertura de seis leitos de CTI e a reorganização do Setor de Emergência. "Há quatro grupos de trabalho formados por especialistas da UFRJ estudando os setores de Recursos Humanos, Infraestrutura, Tecnologia da Informação e Planejamento e Gestão. Tão logo este diagnóstico seja realizado (a previsão é de dez dias para conclusão), será feito um plano de ação" destaca o diretor em nota.